

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: TCU manda cortar desconto em tarifa de energia	2
Título: PGR acusa Collor de desvios na BR Distribuidora	3
Título: Passa Lei das Agências Reguladoras	5
Título: O linhão de Boa Vista, a Amazônia e seu bolso	6
Título: Austrália aposta em bateria de água para transição energética	9
Título: Uso maior de renováveis exige armazenamento de energia	14
Título: Conselheiros criticam reforma no estatuto da BR.....	18
Título: CSN pretende ter 50% de rejeito a seco do minério no fim de junho	19
Título: Venda de ativos da Petrobras terá dia D no Supremo.....	21
Título: Cemig prevê investir R\$ 8,3 bi até 2023	22
Título: Destaques	23
Título: Avião elétrico une a WEG e a Embraer	23
Título: Ideia é razoável, mas não sei se é precipitação, diz Delfim	25
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	26
Título: Agência reguladora terá novas regras	26
Título: Cade pede veto à gratuidade das bagagens	28
Título: Empresa da Odebrecht, com dívida de R\$ 12 bi, entra em recuperação judicial.....	29
Título: Engie já movimentou US\$ 3 bi para pagar Petrobrás pela TAG.....	30
Título: Justiça suspende mais dois negócios	31
Título: STF decide se privatização precisa de aval do Congresso.....	32
Título: » Tête-à-tête.	33
Título: Collor é denunciado na Lava Jato por peculato	33

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	34
Título: Com dívida de R\$ 12 bilhões, Atvos, da Odebrecht, pede recuperação judicial	34
VEÍCULO: O Globo	36
Título: Atvos, do grupo Odebrecht, pede recuperação judicial	36
Título: O que explica a fraqueza do PIB	38
Título: Na miséria, país tem as maiores reservas de petróleo	40
Título: Dodge denuncia Collor no Supremo por peculato.....	41
Título: Mais que privatizações em jogo no STF	42
Título: Insegurança jurídica	43

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: TCU manda cortar desconto em tarifa de energia

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou ontem o fim de descontos nas contas de luz para agricultores e serviços de saneamento a partir de 2020. A Corte entendeu que esses subsídios extrapolam a política tarifária do setor, que deveria criar incentivos como o desenvolvimento de novas fontes de energia e a universalização do serviço de eletricidade.

"Na prática, essa extrapolação vem fazendo com que os consumidores de energia elétrica sejam onerados cada vez mais ao longo do tempo", disse o ministro do TCU Aroldo Cedraz, relator do processo. Ele destacou que o custo total dos subsídios bancados pelo setor é próximo de R\$ 20 bilhões, o que representa 9,5% da tarifa.

O tribunal indicou que os subsídios suspensos custam mais de R\$ 4 bilhões por ano. "Lamentavelmente, estamos num país em que não existe o mínimo respeito por quem paga a conta", comentou Cedraz no plenário.

A decisão dos ministros pode colocar o governo em novo embate com os ruralistas. Em abril deste ano, Bolsonaro publicou decreto para garantir a volta do acúmulo de descontos ao agricultor que está em mais de uma modalidade de subsídio. Foi alterado outro decreto, do fim do ano passado, que estabeleceu a redução gradativa dos subsídios aos agricultores, até a extinção em cinco anos.

Agora, o TCU contraria o interesse de todas as classes de agricultores beneficiadas pelos descontos - sejam os que obtêm o benefício nas atividades de irrigação e aquicultura, instalados em áreas rurais, sejam os que apenas detêm o registro de produtor rural.

"Existe uma situação latente de conflito entre grandes grupos econômicos beneficiados, sobretudo no setor agropecuário, e os consumidores de energia, que pagam essa conta", afirmou o ministro do TCU Walton Alencar Rodrigues, autor do voto revisor.

O governo pode recorrer contra o fim dos subsídios, o que garante efeito suspensivo da decisão de ontem até novo julgamento do mérito pelo plenário do TCU. A proibição deve ser cumprida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que aprova os descontos.

Os ministros do TCU analisaram informações da auditoria no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para o tribunal, uma parte dos subsídios foi considerada ilegal, e outra, inconstitucional.

Além de suspender os descontos, o tribunal deu prazo de 120 dias para o governo justificar a manutenção de subsídios sociais. É o caso da Tarifa Social, oferecida à população de baixa renda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Política

Autor: Luísa Martins | De Brasília

Título: PGR acusa Collor de desvios na BR Distribuidora

A procuradora-geral da República (PGR) denunciou o senador licenciado Fernando Collor de Mello (Pros-AL) pelo crime de peculato - desvio de dinheiro público - no caso da BR Distribuidora. Intermediadas em 2010 pelo ex-presidente da República, as fraudes em contratos da subsidiária da Petrobras renderam R\$ 240 milhões ao empresário João Lyra, com quem ele mantém laços políticos e de amizade.

As investigações mostraram que Lyra, em crise financeira com a sua empresa Laginha Agro Industrial, pediu ajuda ao senador, que o acompanhou em uma reunião na sede da BR Distribuidora, no Rio de Janeiro. Naquele ano, ambos eram filiados ao PDT e disputaram eleições para o cargo de deputado federal e governador por Alagoas, nesta ordem.

Na ocasião, eles negociaram - e depois efetivamente firmaram - três contratos. Testemunhas apontaram que um dos principais executores do esquema foi o então diretor de operações logísticas da BR Distribuidora, José Zôn timer - que havia sido indicado por Collor ao cargo.

De acordo com depoimentos colhidos ao longo da investigação, Zôn timer solicitou a seus subordinados que aspectos técnicos da operação fossem ignorados, permitindo a Lyra que utilizasse os chamados "recebíveis" como garantia para a abertura de crédito junto a instituições financeiras e à própria BR Distribuidora. A subsidiária também garantiu o fornecimento de diesel e lubrificantes à Laginha Agro Industrial, que estava quase falindo.

"Pelas circunstâncias em que foram celebrados e executados, conclui-se que os negócios jurídicos firmados, e de alto risco para a BR Distribuidora, eram, na verdade, espécie de instrumento para a apropriação e o desvio de recursos em proveito da Laginha Agro Industrial e de seu proprietário João Lyra, graças à participação delituosa do senador da República Fernando Collor de Mello", escreveu a procuradora-geral na denúncia.

Dodge cita como exemplo que a empresa estava tão endividada, que o BNDES, instituição sobre a qual Collor não exercia qualquer influência, negou-lhe um pedido de empréstimo.

"Apenas o poder do senador e seu exercício sobre os funcionários da BR Distribuidora justificam a superação de obstáculos intransponíveis para que fossem firmados contratos com a empresa Laginha Agro Industrial e abertos os canais para que fluíssem recursos em favor desta pessoa jurídica e de seu sócio, João Lyra", prossegue.

A empresa de Lyra acabou não cumprindo os contratos, gerando um prejuízo milionário à subsidiária da Petrobras. Mesmo com medidas de cobrança, a recuperação de valores se tornou praticamente impossível diante da decretação de falência da empresa, dois anos depois.

As investigações contra Lyra e Zôn timer tramitam em primeira instância, na 13ª Vara Federal de Curitiba, enquanto Collor está sendo processado no Supremo Tribunal Federal (STF). O relator na Corte é o ministro Edson Fachin, responsável pelos casos da Operação Lava-Jato.

O **Valor** procurou a assessoria do parlamentar licenciado, mas ainda não obteve retorno.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Política

Autor: Vandson Lima | De Brasília

Título: Passa Lei das Agências Reguladoras

O Senado aprovou ontem o projeto da Lei das Agências Reguladoras. A Casa rejeitou, contudo, mudança que havia sido feita na Câmara dos Deputados e barrou o retorno de indicações políticas para o comando de empresas estatais e que também liberava essas indicações para as agências. O texto final segue agora para sanção presidencial.

O projeto prevê a exigência de programas de integridade nas agências reguladoras, destinados à prevenção de atos de corrupção. "Essa modalidade de compliance já é realidade em diversas empresas privadas, de modo que nada mais adequado do que estendê-lo para a Administração Pública. Há iniciativas no Poder Executivo federal para implementação desses programas em seus órgãos e entidades, mas a previsão legislativa dará mais estabilidade para o programa", anotou em seu parecer o senador Márcio Bittar (MDB-AC).

O texto também procurou dar autonomia orçamentária para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), bem como estender ao órgão normas da lei como prestação de contas, controle social, planos estratégico e de gestão. "O Cade desempenha atividade essencial para a garantia da concorrência e da livre iniciativa atuando, de alguma forma, na regulação do mercado, assim como fazem as agências reguladoras", apontou o relator.

Fica proibida, pela proposta, a recondução aos cargos de dirigentes de agências reguladoras, à exceção daqueles que ainda não tenham sido reconduzidos e já se encontram no exercício dos cargos.

A Lei das Agências cria ainda, por fim, regras de quarentena, impedindo que pessoas que tenham no último ano mantido participação direta em empresas que explorem qualquer das atividades reguladas pela respectiva agência. Ficam impedidos acionistas ou sócios; administradores, gerentes ou membros de Conselho Fiscal; e empregados, ainda que com contrato de trabalho suspenso.

Também não poderá assumir diretoria de agência reguladora quem tenha atuado, nos últimos 36 meses, em cargos de decisão em partidos políticos ou em trabalhos vinculado à organização e realização de campanha eleitoral.

Mais cedo, o Senado avançou na discussão sobre o decreto que flexibiliza o porte de armas no país, editado pelo presidente Jair Bolsonaro. O senador Marcos do Val (Cidadania-ES) apresentou, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), seu parecer, em que rejeitou quatro decretos legislativos de senadores para sustar os efeitos do decreto presidencial.

Na justificativa, Do Val alegou, entre outros pontos, que "a maioria do povo brasileiro é a favor da liberdade para se adquirir armas" e que a nova regulamentação "foi uma das bandeiras políticas do Presidente da República, eleito com quase 60 milhões de votos".

Instrutor de segurança pública, o senador defendeu que "a sociedade vive amedrontada, pois, mesmo dentro de casa ou no local de trabalho, todos estão à mercê de assaltantes, estupradores e assassinos. O decreto, portanto, empodera o cidadão de bem". A questão será decidida na CCJ na semana que vem. Além do parecer de Marco Do Val, será avaliado um voto em separado do senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), favorável à sustação do decreto de Bolsonaro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Opinião

Autor: Pedro Bara e Caetano Scannavino

Título: O linhão de Boa Vista, a Amazônia e seu bolso

Primeiro gasta-se o dobro do previsto ao se construir um gasoduto de 800 km de Urucu-Coari a Manaus para atender seu parque termelétrico por 20 anos. Um ano depois do início de sua operação em 2009, decide-se conectar Manaus ao Sistema Interligado Nacional (SIN), fato que ocorre em 2013. Com o dobro do custo e menos da metade da demanda prevista, o gasoduto precisaria agora de 40 anos para gerar uma taxa de retorno em torno de 1% ao ano.

A esse "mico" de capital, fruto da decisão de interligar Manaus precocemente ou de não ter investido anteriormente no gasoduto, a teoria da decisão dá o nome de "custo de arrependimento". Ele é definido como o "custo de oportunidade de não tomar a melhor decisão para um dado estado da natureza", no caso, a demanda de energia de Manaus.

Há um ano e meio a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) estudou alternativas para um caso similar ao gasoduto de Manaus, desta vez para o suprimento de energia à Boa Vista, Roraima (NT 064, dezembro de 2017). Diante de tantas incertezas, dezenas de cenários foram gerados combinando prazos de conexão de Boa Vista ao SIN, perspectivas para a renovação do contrato da Venezuela, fontes renováveis e não-renováveis e taxas de retorno do capital.

A melhor decisão seria contratar uma nova geração local por um período equivalente à entrada de Boa Vista ao SIN, em quaisquer dos cenários avaliados. A pior, contratar energia por 15 anos e interligar Boa Vista em cinco anos, provocaria um custo de arrependimento de R\$ 4,4 bilhões, que seriam pagos para cobrir o custo fixo da energia contratada pelo período remanescente a partir da interligação, no caso dez anos.

Na esteira deste estudo haverá um leilão que viabilize gás natural e renováveis para atender Boa Vista, com início do suprimento em junho de 2021 (em dois anos) e término em 2036 (15 anos). A alternativa que concorre com esse leilão é o linhão de Boa Vista, que tem história longa e tortuosa.

Do total de 721 quilômetros de sua extensão, 125 quilômetros teriam que passar pela Terra Indígena Waimiri Atroari, onde estão 31 aldeias e 1,7 mil índios. Seu contrato de concessão foi assinado em janeiro de 2012, entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Transnorte Energia S.A.

Pelo contrato, a linha deveria estar operando em 36 meses, a um custo de R\$ 1,1 bilhão o que levou, por meio de um processo licitatório, a uma receita anual permitida de R\$ 121 milhões. A responsabilidade pela obtenção da licença-prévia (LP) desse projeto, que carrega um alto risco socioambiental, deveria, como boa prática reguladora, anteceder a realização do leilão público - afinal, o rito de concessão da licença ambiental é em si um ato público. Infelizmente tal responsabilidade foi delegada a uma empresa de controle privado.

No final de 2016, à luz das dificuldades alegadas pela Transnorte para obter a LP do empreendimento, em particular, a necessidade de que os povos indígenas fossem consultados, a empresa ingressou com uma ação ordinária exigindo a extinção do contrato e uma indenização de R\$ 534 milhões.

O contorcionismo decisório do linhão é o reflexo de um processo de concessão açodado e repleto de vícios

Recentemente, o MME informava que o Conselho de Defesa Nacional (CDN) havia se reunido e definido que o linhão Manaus-- Boa Vista fora caracterizado como Alternativa Energética Estratégica para Soberania e Defesa Nacional. Com essa decisão, o governo federal poderia então, na perspectiva do CDN, aplicar a

salvaguarda "V", definida pelo Supremo Tribunal Federal, no acórdão proferido no julgamento da PET 3.388/RR, na qual "o usufruto dos índios não se sobrepõe ao interesse da política de defesa nacional".

Tal usufruto pode, entretanto, se sobrepor a outros interesses.

Em maio de 2017, graças a um ajuste na regulação, o linhão já tinha ganhado um alento, pois o mesmo poderia ser implantado com recursos públicos da conta de desenvolvimento energético (CDE), encargo recolhido mensalmente na conta de todos os consumidores que fazem parte do mercado regulado de energia elétrica, ou seja, daqueles que não são livres para decidir de quem comprar.

A CDE é um saco de bondades, difícil de desmamar, como já foi dito por uma autoridade da atual administração. Isso porque subsidia várias atividades econômicas como a agricultura e a geração de fontes incentivadas, mas e também cobre os custos da tarifa social, universalização do acesso à energia e queima de combustíveis fósseis no sistema isolado (fora do SIN). Dos R\$ 20 bilhões previstos para 2019, os gastos sociais representam menos de 10% do total da CDE.

Tudo agora faz crer que o enredo de Manaus vai se repetir em Boa Vista, a contratação emergencial de energia com o gás de Urucu saindo na frente, a interconexão de Boa Vista chegando, quem sabe, um ou dois anos depois, em um cenário ainda pior do que o pior cenário da EPE, cujo custo de arrependimento é de R\$ 4,4 bilhões.

E para financiar esse arrependimento todo, o bolso do consumidor regulado poderá ser acionado, mais uma vez.

Fim da linha?

Ainda não, porque há um novo capítulo do linhão que se propõe a se aprofundar no bolso do consumidor. Neste capítulo, a Transnorte demanda agora uma revisão da receita anual permitida para o linhão de Boa Vista, dos R\$ 121 milhões, mencionados, para cerca de R\$ 396 milhões. A alegação é que será preciso fazer algumas modificações técnicas no projeto para mitigar o impacto da linha na terra indígena. E que o custo do projeto seria agora de R\$ 2,5 bilhões e não mais de R\$ 1,1 bilhão.

Como a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimento (PPI) do governo federal não estaria de acordo com este reajuste extraordinário, o MME teria aventado a possibilidade de que esta demanda fosse levada a órgãos colegiados do setor, como o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE)

e o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), onde a participação cidadã é insignificante.

Muito se fala do custo Brasil, em especial, da infraestrutura do país, e da relevância da política de privatização das concessões de serviços públicos para reduzir tal custo, seja por uma gestão mais eficiente ou por novos investimentos decididos à luz do melhor interesse público. Isto é, com rigor técnico, econômico e socioambiental. Pouco tem sido feito para monitorar a efetividade dessa política.

O contorcionismo decisório em torno do linhão de Boa Vista é o reflexo de um processo de concessão açodado, repleto de vícios e distante do interesse público.

Pedro Bara e Caetano Scannavino são membros do GT-Infraestrutura, coletivo criado para facilitar a aprendizagem, o conhecimento e o debate da sociedade em torno do tema, com foco na Amazônia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Especial

Autor: Jamie Smyth | Financial Times, de Nova Gales do Sul

Título: Austrália aposta em bateria de água para transição energética

Foram necessários 100 mil trabalhadores da construção civil e 25 anos para perfurar as Montanhas Nevadas e construir o maior projeto hidrelétrico da Austrália. A rede liga 9 usinas elétricas e 16 barragens por meio de 145 quilômetros de túneis e dutos, fornecendo a energia e a água para irrigação que ajudaram a transformar a economia da Austrália desde que entrou em operação, em 1974.

Agora, quase 50 anos depois, o novo governo eleito da Austrália coloca a estatal Snowy Hydro, operadora dessa rede, na vanguarda de outra transição energética. Pretende expandir as instalações e transformá-las em uma espécie de "bateria de água", que vai ajudar a manter as luzes ligadas enquanto o país faz a transição de uma rede de eletricidade baseada nos combustíveis fósseis a uma alimentada por fontes de energia renováveis.

"Estamos apostando toda a empresa nisso", diz o executivo-chefe da Snowy Hydro, Paul Broad, que persuadiu o governo federal em Camberra a apoiar a expansão, estimada em mais de 5 bilhões de dólares australianos (US\$ 3,5 bilhões), desconcertando os críticos do plano, já que o projeto havia sido descartado há apenas dez anos por ser considerado demasiado caro e arriscado.

"Não se pode ter [fontes] renováveis sem armazenamento confiável, e a melhor forma de armazenamento é a água."

O armazenamento de água por bombeamento, que é feito por meio de usinas hidrelétricas reversíveis, é uma tecnologia secular, responsável por cerca de 95% dos estoques de energia no mundo relacionados a sistemas de redes de eletricidade. Vale-se da energia barata ou excedente disponível em períodos fora do pico para bombear água a reservatórios elevados, de onde ela pode ser liberada para gerar eletricidade quando a demanda e os preços são maiores. Projeta-se um enorme aumento na necessidade de armazenar energia diante do maior uso das fontes renováveis - e, embora haja muita badalação em torno das baterias de lítio, acredita-se que as usinas hidrelétricas reversíveis continuarão sendo a espinha dorsal da revolução das fontes renováveis.

Os defensores argumentam que a tecnologia representa uma solução do século 20 para um problema do século 21: uma maneira de preencher as lacunas de fontes intermitentes, como o vento e o sol, e fornecer eletricidade a qualquer momento. Os que apoiam o projeto de expansão, que foi chamado Snowy 2.0 e tem conclusão prevista para 2025, acham que o empreendimento vai se tornar uma vitrine para a tecnologia e encorajar outros países a iniciar a transição para uma rede elétrica com 100% de energia renovável.

Snowy 2.0 é a peça central da política energética da Austrália, mas partidos de oposição, empresas e grupos ambientais dizem que o plano é incoerente. A coalizão de governo conservadora, liderada pelo premiê Scott Morrison, é forte defensora do carvão, que ainda gera 60% da eletricidade do país e foi seu maior produto de exportação em 2018, gerando divisas de 69 bilhões de dólares australianos.

A matriz energética do país, porém, está mudando, graças a investimentos de 31 bilhões de dólares australianos em fontes renováveis, impulsionados pela queda nos preços e pelo restabelecimento da meta de energia limpa fixada pelo governo anterior, trabalhista.

Pouco mais de 20% da eletricidade da Austrália é gerada hoje por fontes renováveis. Nos últimos dois anos, o país instalou uma capacidade de geração eólica e solar cinco vezes maior que EUA, China ou União Europeia em termos per capita. Essa mudança do carvão, uma fonte confiável e facilmente transportável, para as energias solar e eólica, que são intermitentes, somada à deficiência nas redes de transmissão e no armazenamento de energia, tornou o sistema elétrico australiano vulnerável.

Um apagão em todo o Estado da Austrália Meridional, em 2017, e interrupções no Estado de Victoria em janeiro mostraram como o sistema elétrico do país

ficou exposto aos picos de demanda, em meio a questionamentos sobre a confiabilidade de usinas solares e eólicas sob más condições de tempo.

Alguns parlamentares da coalizão de governo pressionavam pela construção de uma nova usina a carvão para estabilizar o sistema, mas há pouco apoio para um projeto tão controverso, dada a necessidade de reduzir as emissões. Diante do dilema político, a coalizão recorreu à Snowy Hydro para criar uma capacidade de armazenamento de água suficiente para melhorar a resistência da rede nos momentos em que o sol não brilha e o vento não sopra.

"A Austrália é um dos primeiros países a caminhar para um sistema de energia renovável baseado no sol e no vento, portanto, de certa forma somos os desbravadores mundiais para a transição rumo a um futuro solar e eólico", afirma Andrew Blakers, professor de engenharia na Australian National University. "A Snowy Hydro é importante porque, se não criarmos mais armazenamento de energia, então o sistema de eletricidade vai ter sérios problemas em meados da década de 2020."

O chão começa a tremer e um alto barulho obriga as pessoas a colocar tampões nos ouvidos quando Guy Boardman liga um dos seis geradores da usina Tumut 3, da Snowy Hydro. Sob o piso, milhares de metros cúbicos de água jorram pelos dutos que vão até um reservatório no topo de uma montanha próxima, fazendo as turbinas girarem e gerar eletricidade. A energia pode ser enviada para a rede em questão de segundos.

Desde que o projeto de expansão Snowy 2.0 foi anunciado pelo governo, funcionários da estação estão atarefados com demonstrações a políticos e jornalistas, entre outros, de como a usina hidrelétrica reversível já existente ajuda a iluminar a capital Camberra, que fica a cerca de duas horas de carro. O plano agora é construir uma capacidade adicional de geração de 2 mil megawatts e quadruplicar a capacidade de armazenamento - que seria suficiente para alimentar 500 mil residências continuamente por cerca de uma semana. Essa expansão, que envolve a construção de uma usina subterrânea e 27 quilômetros de túneis, vai tornar o projeto uma das maiores instalações de armazenagem por bombeamento do mundo.

"A atratividade da hidrelétrica é que é uma fonte de energia renovável disponível sob demanda. Então, quando o mercado precisa de eletricidade, simplesmente usamos a água que temos em nosso reservatório de cima para impulsionar as turbinas nesta usina, fornecendo eletricidade ao mercado", diz Boardman, gerente da área na Snowy Hydro. "Quando temos todas as seis unidades bombeando [água para cima], há água suficiente para encher uma piscina olímpica a cada dois segundos."

Esses números grandiosos não são suficientes para impressionar alguns críticos, que consideram o megaprojeto estatal arriscado e também alertam para o risco de a expansão tirar espaço de projetos de bombeamento que teriam mais eficiência em termos de custo. Outros dizem que tecnologias concorrentes, como as fazendas de baterias de íon de lítio e o armazenamento de energia térmica solar, além de aumentos nos investimentos em redes de transmissão, poderiam representar uma solução com custos melhores.

"O Snowy 2.0 deverá dominar o mercado de armazenamento, o que o coloca em incrível posição de força para uma empresa estatal", diz Tony Wood, especialista em energia na Grattan Institution, um centro de estudos independente, em Melbourne.

"Também é um grande risco para os contribuintes", acrescenta, citando as dificuldades técnicas para escavar túneis e a possibilidade de que governos futuros não sejam tão defensores das fontes renováveis - o que iria limitar a demanda futura por armazenamento.

Nos anos 60 e 70, o armazenamento por bombeamento era normalmente usado por concessionárias estatais juntamente com usinas nucleares e a carvão, capazes de fornecer eletricidade a baixo custo, fora dos horários do pico, para bombear a água para cima nas montanhas durante à noite. Essa água é depois usada em períodos de alta demanda. Com mais empresas enviando energia solar e eólica para rede nacional, a tecnologia das hidrelétricas reversíveis está desfrutando de um renascimento como forma de estabilização dos sistemas de eletricidade.

A China está investido muito nessa tecnologia. Construiu uma capacidade de armazenamento de 15 mil MW, cerca de 10% do total mundial, nos últimos dez anos. A previsão é que construa 50 mil dos 78 mil MW da capacidade de armazenamento por bombeamento a ser instalada no mundo nos próximos dez anos, segundo a Associação Internacional de Hidroeletricidade (IHA, na sigla em inglês).

Espanha e EUA estão construindo novas usinas hidrelétricas reversíveis para ampliar sua capacidade de armazenamento. Os investimentos nos países ocidentais, contudo, são mais lentos. Os defensores das hidrelétricas dizem que levantar dinheiro para projetos é uma tarefa mais complexa, porque a necessidade de capital antecipado é alta, os tempos de construção são longos e há grande dificuldade de prever as receitas futuras, especialmente em mercados de energia livre.

A IHA alertou para o fato de que alguns países não estão dando incentivos apropriados para o armazenamento por bombeamento e correm o risco de ficar

atrasados em uma solução limpa para integrar mais energia renovável à rede. "No momento, há uma corrida para reduzir custos em termos de preço da eletricidade, na qual a solar e a eólica tendem a ser as mais baratas", diz Richard Taylor, executivo-chefe da IHA. "Isso age como uma barreira para o bombeamento e pode tornar as redes nacionais instáveis."

No Reino Unido, que passa por uma grande transição energética, os investimentos em hidrelétricas reversíveis continuam baixos em razão da falta de contratos de longo prazo e porque o marco regulatório não dá um valor adequado aos serviços de estabilização da rede decorrentes do armazenamento por bombeamento. Em abril, o ILL Group, que planeja um projeto de 500 milhões de libras (US\$ 651 milhões) no Lago Ness, juntou-se a outras operadoras hidrelétricas para defender uma remodelação das regras do mercado de forma que as ajudem a atrair mais financiamento.

Snowy 2.0 é a peça central da política energética da Austrália para abandonar a energia suja do carvão

"Antes da liberalização do mercado no Reino Unido, você tinha um planejamento mais central e havia investimentos em armazenamento por bombeamento, mas desde o fim dos anos 80 não foram construídas novas instalações", diz Karen Turner, professora do Centro pela Reforma Energética, da Strathclyde University, que defende um maior uso da tecnologia na matriz energética do país.

A Austrália é palco de uma batalha de dez anos sobre as políticas energéticas e de combate à mudança climática, e estima-se que a oposição às energias renováveis custou o emprego de pelo menos três premiês. O governo vai bancar 1,36 bilhão dos 5,1 bilhões de dólares australianos do custo do projeto da Snowy Hydro. A empresa tem classificação de risco de crédito de "BBB+", o que deve lhe permitir captar o resto do dinheiro a taxas de juros inferiores a 5%.

"Não estamos fazendo isso porque somos fanáticos pelas fontes renováveis", diz Broad, da Snowy Hydro. "Estamos fazendo porque faz sentido econômico, a lógica econômica é convincente [...]. Você precisa ter armazenamento disponível ou terá muitos apagões."

"A Snowy é a solução para isso", acrescenta.

O empreendimento é apenas um entre quase uma dúzia de projetos de bombeamento em busca de capital. O número de projetos similares ainda em fase de estudo na Austrália é muito maior.

A Snowy Hydro informa que seus custos de armazenamento em termos de megawatt por hora são até 60 vezes mais baratos do que os da maior fazenda

de baterias de íon de lítio do mundo, que a Tesla ajudou a construir na Austrália Meridional depois dos apagões de 2017. Broad acrescenta que a fazenda no Estado australiano tem capacidade de armazenamento de uma hora e costuma ser ligada apenas alguns minutos de cada vez, enquanto a Snowy 2.0 pode cobrir toda uma semana e ser usada em apagões mais duradouros.

"Isso não quer dizer que as baterias não têm seu lugar. Mas elas têm outros problemas, já que precisam ser substituídas. Nossos túneis duram para sempre", afirma Broad.

As baterias de íon de lítio, por outro lado, podem entrar em operação em questão de milissegundos e são ideais para evitar blecautes como o de 2017. Seu custo também vem diminuindo rapidamente, segundo David Leitch, consultor na ITK Services Australia, uma firma de análises do setor.

A AGL Energy, maior empresa privada de energia da Austrália, planeja construir dois projetos de bombeamento, em Nova Gales do Sul e na Austrália Meridional, mas não há prazo para o início dos trabalhos por receio de que a expansão proposta da Snowy Hydro possa roubar espaço dos concorrentes. Brett Redman, executivo-chefe da AGL, diz que a tecnologia poderia ajudar a transição para as fontes renováveis, mas alerta que é fundamental haver um maior grau de certeza para encorajar mais investimentos e reduzir os custos.

"Embora eu não esteja convencido da lógica econômica, o apoio governamental ao Snowy 2.0 pode ajudar a dar a partida em uma maior transformação, caso seja feita de uma forma altamente previsível e não seja parte de uma onda de envolvimento governamental que possa afugentar o tão necessário capital."

O maior problema para a Snowy Hydro, diz Leitch, é se vai haver demanda suficiente para a vasta capacidade de armazenamento que a expansão vai adicionar à rede.

"A Snowy vai manter as luzes acesas, mas pode se tornar um elefante branco comercial sem nunca reaver seu custo de capital", diz. "É mais cara do que alguns rivais de bombeamento e vai ter parte de seu bolo comido pelas baterias de íon de lítio." **(Tradução de Sabino Ahumada)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Especial

Autor: Financial Times

Título: Uso maior de renováveis exige armazenamento de energia

Para as luzes continuarem acesas em meio à transição dos combustíveis fósseis para fontes renováveis será necessária uma combinação de tecnologias térmicas solares, baterias de íon de lítio, hidrelétricas reversíveis e gestão da demanda (quando os consumidores aceitam não usar energia em horas de pico), segundo especialistas.

As baterias de íon de lítio vêm ficando mais baratas, graças aos avanços na tecnologia. Podem ser usadas rapidamente - a construção da grande fazenda de baterias da Tesla em Jamestown, na Austrália Meridional, levou cem dias - e fornecem energia e outros serviços de estabilização da rede em questão de milissegundos. A firma de consultoria Aurecon calcula que as baterias na Austrália Meridional geraram uma economia de 40 milhões de dólares australianos no mercado atacadista de energia em seu primeiro ano de operação, ao intensificar a concorrência.

Mas as baterias precisam ser substituídas, pois duram de 14 a 18 anos, e são mais adequadas como soluções de armazenamento de curto prazo, por segundos, minutos ou poucas horas. Em contraste, as usinas hidrelétricas reversíveis oferecem capacidade maior de armazenamento por períodos muito mais longos, normalmente de até 70 anos.

"Não se trata de um caso de baterias versus hidrelétricas reversíveis - são tecnologias complementares", diz Paul Gleeson, especialista em energia na Aurecon.

À medida que mais energia renovável for adicionada à rede, será necessário usar mais a grande capacidade oferecida pela tecnologia do armazenamento de água por bombeamento, feita pelas hidrelétricas reversíveis.

Também é essencial tornar a rede mais resistente. Um dos problemas da Snowy Hydro é a falta de uma rede de transmissão de alta voltagem suficiente para levar a eletricidade às partes da rede de energia que precisam. Para que a "bateria de água" da Snowy Hydro seja eficiente, será necessário um investimento adicional de 2 bilhões de dólares australianos na rede, custo que provavelmente será pago pelos consumidores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti, Talita Moreira e Cláudia Safatle | De São Paulo e Brasília

A companhia de açúcar e álcool Atvos, controlada pela Odebrecht, entrou com pedido de recuperação judicial ontem na 1ª Vara de Falências de São Paulo, com R\$ 15 bilhões em dívidas, sendo R\$ 3 bilhões com empresas do próprio grupo. O pedido foi deferido ainda ontem. A iniciativa coloca pressão sobre o conglomerado e aumenta o risco de que medida semelhante tenha que ser adotada para a holding, conhecida pela sigla ODB.

Parte das dívidas da Atvos tem avais concedidos pela ODB. Caso os credores decidam executá-los, a holding não terá outro caminho a não ser recorrer à Justiça para pedir proteção. A ODB responde por uma dívida bruta da ordem de R\$ 80 bilhões, excluído os compromissos da petroquímica Braskem. Com os bancos nacionais, os débitos somam R\$ 40 bilhões.

O **Valor** apurou que, diante dos riscos, os assessores da ODB já começaram a preparar a documentação para a holding, que, apesar disso, continua em busca de uma negociação para as controladas por meio de acordos privados. O grupo é assessorado pela RK Partners, de Ricardo Knoepfelmacher, e pelo escritório E. Munhoz Advogados. Consultados, alguns bancos credores acreditam que, após Atvos, o diálogo fica interrompido e mais difícil.

Futuro da ODB, com R\$ 80 bilhões em dívidas, depende de credores não executarem avais da sucroalcooleira

O grupo tentou, até o último momento, ontem, uma negociação amigável com detentores de R\$ 11,1 bilhões em dívidas da Atvos. Mas, diante da ausência de acordo com os maiores credores, os bancos públicos Banco do Brasil (BB) e BNDES, não houve alternativa. A companhia teria que depositar, até sexta-feira, 65% da venda de etanol em favor do fundo Lonestar, que forneceu crédito para capital de giro há um ano com garantia sobre a cana-de-açúcar. Por isso, tinha até as 5 horas de ontem para entrar com o pedido na Justiça, de forma a dar tempo ao juiz se pronunciar antes desse prazo. Se o Lonestar ficasse com o resultado da venda do etanol, teria vantagem em relação aos demais credores e asfixiaria a empresa. A Odebrecht estava na mesa de negociação com o BB quando comunicou que o prazo para chegarem a um acordo tinha acabado, e ela não tinha mais alternativa a não ser pedir naquele momento a proteção contra credores. Fonte do BB disse que o banco foi surpreendido e que estava empenhado na negociação.

Na ODB, além do desafio com as dívidas e o emaranhado de garantias cruzadas, uma recuperação judicial traria implicações relevantes sobre o futuro da Braskem, seu principal ativo. A petroquímica vale R\$ 34 bilhões na B3. A Odebrecht tem o controle, com 50,1% das ações ordinárias. A posição total, somando as preferenciais, é de 38% do capital da petroquímica. Todas as ações estão dadas em garantia para cinco bancos, desde 2016 - Itaú, Bradesco,

Santander, BB e BNDES. Hoje, cobrem R\$ 12,7 bilhões em dívidas, de diversos negócios.

Essa garantia está na forma de alienação fiduciária. É, portanto, garantia real e ficaria fora do debate judicial. Mas a Braskem é o único ativo sobre o qual a ODB pode se alavancar. Por isso, na recuperação, a redistribuição dessa garantia entre credores teria que ser discutida de forma negociada - alternativa que os bancos rejeitam.

Outro problema é que, ao recorrer à Justiça, a Odebrecht não conseguiria mais vender o controle da Braskem. Há 15 meses o grupo negocia uma transação com a holandesa LyondellBasell. A expectativa é que a Justiça só permitiria a venda dentro de um ambiente controlado, após aprovação de um plano de recuperação em assembleia de credores, o que, no mínimo, levaria mais um ano. A alienação teria de ser feita na forma de um leilão.

De qualquer forma, a transação, que esteve muito perto do sucesso há pouco mais de um mês, agora tem chance de êxito muito reduzida, na visão de interlocutores. "Um mundo de incertezas se abre", segundo fonte próxima ao tema.

No curto prazo, o que poderia impedir o colapso da Odebrecht é a liberação dos dividendos da Braskem, bloqueados pela Justiça de Alagoas. A petroquímica havia aprovado a maior distribuição de recursos de sua história, no valor de R\$ 2,67 bilhões. Excepcionalmente, neste ano, a ODB poderia fazer uso de parte relevante do que seria sua fatia - desde 2016, os bancos ficam com os recursos por terem os papéis em garantia. Na véspera de aprovação do pagamento pela assembleia de acionistas da Braskem, a Justiça alagoana suspendeu essa pauta, devido ao debate sobre a eventual responsabilidade da empresa no afundamento de três bairros em Maceió pela exploração de uma mina de sal-gema para cloro-soda.

Seria necessário a Justiça retirar o bloqueio e o conselho da Braskem ratificar o pagamento de R\$ 2,67 bilhões para que a Odebrecht pudesse receber os proventos. Fontes acreditam que essa possibilidade é cada vez mais remota,

Exceto Braskem e Ocyan, as demais companhias do grupo estão inadimplentes com o serviço das dívidas há mais de seis meses. O grupo suspendeu desembolsos enquanto tenta negociar a dívida de cada companhia conforme o fluxo de cada uma. Em Atvos, não houve sucesso. Em 2016, a companhia fez um reestruturação negociada e foi nela que a Odebrecht concedeu Braskem em garantia aos bancos. Na ocasião, além de ceder seu principal bem aos credores, a ODB aceitou capitalizar a empresa agroindustrial com R\$ 6 bilhões, sendo R\$ 4 bilhões em dinheiro e R\$ 2 bilhões em ativos.

O presidente da ODB, Luciano Guidolin, enviou ontem carta aos funcionários para comunicar o pedido de recuperação judicial da Atvos. Além de enfatizar que a iniciativa não se estende à holding, afirma que a medida "visa garantir ambiente seguro e estável" para o equilíbrio de contas.

Para um dos credores, houve várias chances de se encontrar uma solução para minimizar as perdas, mas faltou agilidade de alguns envolvidos. No caso da Atvos, uma das saídas, disse, teria sido a conversão de parte dos créditos do BNDES em ações. O banco estatal não aceitou a proposta, impondo como exigência um novo dono.

Formalmente, o grupo não nega que a situação com Atvos possa implicar a holding. Consultada a respeito de uma eventual recuperação judicial, a ODB respondeu ao **Valor** que "está empenhada em implementar ações para a estabilização financeira do grupo e, assim, criar bases para a retomada do crescimento de seus negócios. Pilar do planejamento estratégico do triênio 2019-2021, a reestruturação financeira objetiva a adequação da dívida à capacidade de geração de caixa da holding e de algumas de suas empresas controladas e busca a eficiência e excelência operacional de outras que estão em fase de crescimento."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Conselheiros criticam reforma no estatuto da BR

As mudanças propostas pela Petrobras na reforma do estatuto da BR Distribuidora têm gerado um "mal-estar" dentro do conselho de administração da subsidiária. Segundo duas fontes consultadas pelo **Valor**, os membros do colegiado acusam a controladora de desrespeitar a governança interna da distribuidora, ao impor uma reforma sem discuti-la previamente com o conselho da BR. Além disso, o grupo reclama que as mudanças na redação do estatuto abrem brechas para que a petroleira mantenha uma posição predominante dentro do conselho da distribuidora, mesmo com a diluição de sua participação acionária após a oferta secundária de ações ("follow-on").

O primeiro episódio desse ruído ocorreu ainda no fim do mês de abril, quando a Petrobras conseguiu emplacar uma reforma que abre a possibilidade para que a controladora possa indicar membros do conselho de administração da BR a seu critério, sem, necessariamente, ter como base a lista de sugestões das agências de "headhunter". A mudança foi entendida como um retrocesso na governança da distribuidora, segundo uma das fontes.

Agora, a Petrobras enviou uma nova reforma do estatuto, que só terá validade se a estatal conseguir vender os papéis que possui de forma que a distribuidora deixe de ter um sócio controlador e, portanto, de ser uma estatal. O **Valor** apurou que a reação é maior entre os conselheiros eleitos pelos minoritários, mas que as queixas têm encontrado eco dentro do colegiado. Uma terceira fonte, da administração da Petrobras, nega que esteja havendo uma imposição.

Hoje, o estatuto da BR prevê que os minoritários podem eleger até três conselheiros, que os empregados possuem um representante e que o Ministério da Economia também tem uma vaga no colegiado. Com a reforma proposta, o governo e os empregados perdem suas vagas, porque a BR deixaria a condição de empresa estatal.

Alguns conselheiros queixam-se, no entanto, que a reforma não limita a influência estatal sobre a governança da BR, já que, além de não reservar cadeiras no conselho para os minoritários, também não limita o número máximo de conselheiros eleitos por um único acionista. Nesse sentido, o conselheiro eleito pelos minoritários, Shakhaf Wine, propõe que o estatuto limite o poder de voto de um só acionista ou grupo a 30% do capital e as indicações ao conselho de administração a 1/3 do total.

Procurada, a BR informou que está em período de silêncio, mas esclareceu que a proposta de alteração estatutária feita pela Petrobras assegura a manutenção dos níveis de governança corporativa previstas no Novo Mercado e está "em linha com o que dispõe a legislação aplicável às sociedades abertas". A BR destacou ainda que, de acordo com a Lei das S.A., a livre manifestação de seus conselheiros e suas declarações constam na ata da reunião do conselho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado e Ivo Ribeiro | De São Paulo

Título: CSN pretende ter 50% de rejeito a seco do minério no fim de junho

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) deve concluir a primeira etapa do projeto de processamento a seco do minério de ferro na mina Casa de Pedra, em Congonhas (MG), no fim do primeiro semestre. Hoje, 45% do beneficiamento já é feito assim e, até o final de junho, a meta é chegar a 50%. Novos equipamentos estão em instalação para segunda fase e o compromisso da empresa é ter 100% no início de 2020.

Casa de Pedra é a principal mina de ferro da CSN e tem capacidade instalada para produzir mais de 30 milhões de toneladas da commodity por ano.

A barragem, que foi construída pelo método de alteamento a jusante, entrará em processo de descomissionamento ao fim do recebimento de rejeitos. O plano, de acordo com uma fonte com conhecimento no assunto, é que em 10 anos ela esteja toda seca. "Hoje, há 50 milhões de metros cúbicos armazenados nessa barragem. A CSN estuda uma forma de reprocessar grande parte desse rejeito, pois avalia que há material depositado com elevado teor de ferro. A tecnologia antiga não permitia extrair todo o ferro", disse.

A adoção desse sistema foi consequência da negativa da prefeitura de Congonhas em conceder a licença para novo alteamento da barragem. Segundo documento obtido pelo **Valor**, a estrutura de rejeitos foi projetada para atingir "gradativamente" a elevação até 954 metros. Na primeira fase, de 2007 a 2009, atingiu a cota de 923 metros. Em 2014 foi a 933. Foi quando entrou com pedido para elevar em mais 11 metros. Mas a prefeitura negou a licença e fez com que a companhia pesquisasse outra forma de processamento do minério de ferro.

"Se não fosse a negativa da prefeitura, a CSN não teria iniciado o projeto de processamento a seco. Agora, a companhia vai ser uma das primeiras mineradoras a deter essa tecnologia no Brasil", disse uma fonte.

Com o projeto de descomissionamento em andamento, a CSN protocolou um documento na Superintendência de Projetos Prioritários (Supri) informando que estava retirando, definitivamente, o pedido de licença para altear a barragem. O processo estava em análise no órgão desde 2014.

A CSN está investindo cerca de R\$ 250 milhões, na aquisição de equipamentos de prensa com tecnologia italiana. Assim, vai substituir todo o processo que gera lama para a barragem.

Até o descomissionamento total da barragem, CSN terá de informar ao Ministério Público de Minas Gerais um laudo de estabilidade da estrutura. Em março, a companhia protocolou junto ao MP e à Agência Nacional de Mineração (ANM) a Declaração de Condição de Estabilidade (DCE) da estrutura, feita por uma empresa especializada, a DAM Engenharia.

No ano passado, já tinha um laudo assinado por uma geóloga indicada pelo MP, Marta Sawaya. Assim, para a empresa, desde 2018 já havia um documento atestando a segurança da barragem, que chegou a causar temor na cidade tão

logo ocorreu o desastre de Brumadinho, em 25 de janeiro. "Acredito que é a única estrutura com esse atestado de estabilidade no segmento de minério de ferro no Brasil hoje", disse pessoa ligada à empresa.

As consultorias especializadas estão receosas em conceder esse laudo depois dos desastres de Mariana e principalmente depois da barragem de Brumadinho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Venda de ativos da Petrobras terá dia D no Supremo

A pauta de hoje do plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) promete ser uma espécie de "dia D" para o programa de venda de ativos da Petrobras - e, em certa medida, para a própria agenda de privatizações do governo federal. A estatal vive a expectativa de que possa retomar a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), para a Engie, e garantir a entrada de US\$ 8,6 bilhões (incluindo US\$ 800 milhões em dívida) no seu caixa. No pior dos cenários, porém, a petroleira pode ter de parar algumas negociações em andamento e ver todo o seu plano de desinvestimentos mergulhar num clima de insegurança jurídica, segundo advogados consultados pelo **Valor**.

O Supremo pautou para hoje três grandes ações que afetam diretamente a estatal. O STF decidirá se mantém ou não as liminares dos ministros Edson Fachin - que na segunda-feira suspendeu a venda da TAG, sob a alegação de falta de licitação - e Ricardo Lewandowski, que em junho de 2018 emitiu cautelar proibindo a alienação do controle de estatais e suas subsidiárias sem autorização legal do Legislativo. Além disso, a pauta da Suprema Corte inclui a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que trata do decreto nº 9.355/18, que estabelece regras de transparência e boas práticas para a venda de campos de óleo e gás da Petrobras, em consonância com a sistemática acordada com o Tribunal de Contas da União (TCU).

"O Supremo dará nesta quinta-feira [hoje] a sua mensagem sobre o quão difícil ou quão tranquilo será para o investidor comprar um ativo estatal no Brasil. Não é só a Petrobras que está envolvida nessa ações, mas a pauta de privatizações do governo", afirma o sócio da Mattos Filho, Flávio Spaccaquerche, especialista em contencioso e arbitragem.

O advogado lembra que o assunto não deve se esgotar hoje, já que os ministros do Supremo discutirão as liminares, mas não o mérito das questões levantadas.

"Mas esse debate inicial pode direcionar como vai ser a discussão do mérito", afirma Spaccaquerche.

Para Leonardo Miranda, sócio do Tozzini Freire, o pior cenário para a Petrobras, hoje, seria o plenário do STF reforçar o entendimento de que a empresa não pode vender o controle de suas subsidiárias sem o aval prévio do Congresso e sem passar por licitação, mantendo a venda da TAG suspensa.

"O segundo pior cenário seria o STF decidir em pedaços, ou seja, decidir sobre um dos pontos, mas deixar o outro pendente. Qualquer cenário que não seja o STF se posicionar dizendo que a Petrobras pode vender seus ativos com dispensa de licitação e sem necessidade de uma autorização legal do Congresso seria muito ruim, vai gerar apreensão no mercado. O melhor cenário é que o Supremo fosse taxativo legitimando o desinvestimento da Petrobras ", disse o advogado.

Carolina Fidalgo, do Rennó, Penteado, Reis & Sampaio Advogados, acredita que o ponto mais crítico da decisão de hoje no STF é sobre a autorização prévia do Congresso à venda do controle de subsidiárias. Ela defende que não existe exigência constitucional para essa autorização de venda das subsidiárias. Segundo a advogada, como o STF já se posicionou anteriormente que não há necessidade do aval do Legislativo para criação das subsidiárias, é possível que o plenário entenda que não há necessidade de autorização legal para a venda dessas mesmas subsidiárias.

Ontem, a Comissão de Petróleo e Derivados da seccional do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) emitiu nota alertando para a insegurança jurídica advinda das decisões dos ministros Fachin e Lewandowski, "além do consequente desincentivo ao investimento privado na economia brasileira, em momento em que há um esforço de toda a sociedade para a retomada do crescimento econômico e para a abertura do setor de óleo e gás".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Cemig prevê investir R\$ 8,3 bi até 2023

Companhia de energia elétrica de Minas Gerais, a Cemig planeja investir R\$ 8,334 bilhões entre este ano e 2023. A cifra foi apresentada ontem a investidores e analistas de mercado. A maior parte, R\$ 6,45 bilhões, será aportado na melhoria e ampliação da rede, em subestações e no sistema de medição do negócio de distribuição da empresa.

No guidance anunciado no 24º Encontro Anual da Cemig com o Mercado de Capitais, a empresa prevê também aumentar ano a ano sua geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, investimentos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês). Em 2018, o Ebitda foi de R\$ 3,91 bilhões. O esperado é que este ano chegue a R\$ 4,53 bilhões e a R\$ 5,78 bilhões em 2023.

O guidance aponta ainda para uma redução da relação entre dívida líquida e Ebitda. De 3,48 vezes em 2018, a previsão é que essa razão caia para 2,37 vezes neste ano e para 1,94 vez em 2020.

No encontro, o novo presidente da Cemig, Cledorvino Belini, apresentou um resumo de suas prioridades à frente da empresa. Falou em acelerar a eficiência operacional e em acelerar investimentos. Disse que o plano de vendas de ativos, que a empresa vem pondo em prática nos últimos anos, mas num ritmo lento, será uma das prioridades. Assim como ações para intensificar a desalavancagem. A dívida da Cemig é de R\$ 13 bilhões.

"A aceleração da desalavancagem financeira para a consequente redução do custo da dívida e o alongamento do perfil do passivo é ponto extremamente importante para os resultados", disse. Ex-presidente da Fiat Chrysler Automobiles (FCA), Belini está na Cemig há apenas três meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Precificação da CPFL

A CPFL Energia começará o roadshow para a oferta subsequente de ações (follow-on) com uma faixa de preço de R\$ 29,30 a R\$ 35,30 por ação, apurou o **Valor**. Ontem, o papel fechou a R\$ 29,75. A captação primária, estimada entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões, será usada para pagar a aquisição de ações da CPFL Renováveis. **(Flávia Furlan, Camila Maia e Maria Luíza Filgueiras)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Brasil

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Avião elétrico une a WEG e a Embraer

Dois grandes nomes brasileiros da inovação no setor industrial, a fabricante de máquinas e equipamentos WEG e a Embraer, de aeronaves, deram um primeiro passo conjunto rumo ao avião elétrico. No início da tarde de ontem, em São José dos Campos (SP), representantes das duas companhias assinaram um acordo de cooperação científica e tecnológica para desenvolver motores elétricos aeronáuticos. O primeiro voo de teste de um monomotor movido 100% a eletricidade, de curta duração, pode acontecer em 2020, ou já no fim deste ano, a depender do ritmo de evolução dos trabalhos.

"Ainda estamos na fase de pesquisas. Projetando para o futuro, o novo produto ainda depende de vários outros projetos. Mas, para voos curtos, a realidade talvez não esteja tão longe", disse ao **Valor** o vice-presidente executivo de Engenharia e Tecnologia da Embraer, Daniel Moczydlower. Entre os grandes desafios da indústria aeronáutica global está justamente a sustentabilidade, e o uso de biocombustíveis e o desenvolvimento de uma nova geração tecnológica de sistemas de propulsão atendem a essa demanda.

Há experimentos ao redor do mundo para eletrificação também das aeronaves, a exemplo do que já ocorre na indústria automotiva, mas ainda não existe solução comercial disponível. O peso da bateria, parcialmente compensado pela maior eficiência dos motores elétricos, é um dos obstáculos que precisam ser contornados.

Foi a Embraer que procurou a WEG, no fim de 2017, para mostrar um projeto de pesquisa em aviação. A empresa catarinense tem anos de tradição em propulsão elétrica e já desenvolveu motores para trens, navios, ônibus e caminhões. Com a Volks Caminhões e Ônibus (VWCO), estabeleceu uma parceria para desenvolver o primeiro híbrido Volksbus e-Flex projetado no Brasil. As conversas com a Embraer começaram no início do ano seguinte e culminaram na assinatura de ontem. "É uma parceria quase que natural se olharmos o DNA das duas empresas, que dominam o ciclo de desenvolvimento de produtos inovadores", afirmou Moczydlower.

Segundo o diretor superintendente da WEG Automação, Manfred Peter Johann, o acordo de cooperação pode, potencialmente, abrir um novo mercado para a companhia no futuro. Antes disso, porém, trará um "ganho tecnológico muito grande", elevando a empresa a um novo patamar em termos de motores elétricos. "Nossa tecnologia de 'powertrain' nos habilitou ao projeto", afirmou.

Por enquanto, a parceria não tem viés comercial e está focada em pesquisas e desenvolvimento pré-competitivo. A proposta é unir a experiência da WEG em motores elétricos e da Embraer em aeronáutica, acelerando o ganho de conhecimento. Em nota, porém, as companhias reconhecem que o avanço nas

pesquisas pode gerar oportunidades de novas configurações aeronáuticas no futuro, além do desenvolvimento de novos segmentos de mercado.

As pesquisas já estão sendo conduzidas por equipes de cada companhia, em Jaraguá do Sul (SC) e São José, e cada uma arcará com os custos relacionados ao desenvolvimento de protótipos. O maior investimento neste momento, explicou Johann, diz respeito às horas de engenharia, montagem do protótipo e ensaios. Na etapa final do acordo, após os testes em laboratório, as equipes trabalharão juntas em um mesmo ambiente, para montar o avião elétrico.

A plataforma escolhida foi a do monomotor EMB-203 Ipanema, usado para pulverizar defensivos agrícolas e cujas missões típicas duram cerca de uma hora. Para dar lugar à bateria elétrica, parte da carga do monomotor será retirada. "Esse é o primeiro passo para voar uma plataforma 100% elétrica. Depois vai se introduzindo mais complexidade", disse o executivo da Embraer.

A Embraer trabalha na separação do ativos de aviação comercial, como parte de um acordo bilionário com a Boeing, que serão transferidos para a Boeing Brasil - Comercial, na qual terá participação de 20%. Vão ter também uma joint venture na área de Defesa, que será controlada pela brasileira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 30/05/2019

Seção: Finanças

Autor: Claudia Safatle | De Brasília

Título: Ideia é razoável, mas não sei se é precipitação, diz Delfim

Para o ex-ministro Delfim Netto, o objetivo da conversibilidade do real e da autorização para se ter contas domésticas em dólares é correto, "mas não sei se não é uma precipitação". Os rumos da nova legislação cambial, anunciados sem muitos detalhes ontem, pelo presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, partem do princípio de que o Brasil não terá mais crise cambial, decorrente de desequilíbrios no balanço de pagamentos. Com reservas de quase US\$ 400 bilhões, realmente não se espera problemas dessa natureza.

Delfim avalia, portanto, que trata-se de uma ideia "razoável" e faz sentido como instrumento de estímulo ao comércio exterior, embora dependa de vários "se": "Se houver a crença de que não há mais risco de crise cambial, se os sul-americanos decidirem faturar em reais e se o Banco Central puder assegurar o livre fluxo de moedas".

Depois desses comentários, o ex-ministro - que enfrentou a mais grave crise de balanço de pagamentos da história do país, em 1982/83 - fez algumas ponderações sobre prioridades e problemas cruciais a serem atacados de

imediatamente. "Temo que estejamos criando mais problemas do que soluções", diz.. Ele explicou: "Estamos cometendo um erro. Pusemos um obstáculo, que é a reforma da Previdência, e consideramos que depois de aprovada o país voltará a ter confiança absoluta e que os investimentos voltarão".

É fato que, sancionada a nova Previdência, as expectativas vão melhorar, admite ele. Mas o maior problema, que afasta investidores nacionais e estrangeiros do país, hoje, é a "insegurança jurídica". E, nessa questão, a decisão monocrática do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, tomada na segunda-feira, foi um banho de água gelada nas expectativas.

Fachin determinou que a venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras, concretizada em abril, seja feita por licitação. "O Supremo tem que entender que ele só é supremo no pleno", afirma. O ex-ministro criticou a frequência com que o STF toma decisões monocráticas e que estas, que deveriam ser guardadas para situações emergenciais, geram insegurança jurídica, travando os investimentos que são cruciais para o crescimento e para a geração de empregos no país.

"O Toffoli (Dias Toffoli, presidente do STF) está certo! É preciso que cada poder volte para sua caixinha de competência", afirma o ex-ministro.

Voltando a falar sobre Banco Central, Delfim concluiu: "A maior contribuição que o BC pode dar ao país, hoje, é submeter o sistema financeiro a um choque de competição" - tarefa que a direção da instituição, tanto a anterior quanto a atual, disse ele, procura levar adiante.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/05/2019

Seção: Economia

Autor: Daniel Weterman / BRASÍLIA

Título: Agência reguladora terá novas regras

Projeto de lei aprovado pelo Senado estabelece um programa de combate a fraudes e corrupção e dificulta as indicações políticas

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que estabelece novas regras para as agências reguladoras e mais rigor na escolha de diretores. A exemplo do que já havia sido feito na Lei das Estatais, aprovada em 2016, políticos e seus parentes não poderão mais indicar diretores para os órgãos reguladores. O texto segue para a sanção presidencial. Pela proposta aprovada no Senado, os diretores terão mandato de cinco anos, um ano a mais do que hoje, mas não terão mais direito à recondução. Essa medida pode reforçar a independência dos diretores,

pois reduziria a chance de decisões tomadas apenas com objetivo de agradar a um grupo que possa influenciar na renovação do mandato.

O projeto determina ainda que as agências tenham programas de integridade (compliance) para combate a fraudes e corrupção e adotem práticas de gestão de riscos e de controle interno. Além disso, será necessário apresentar uma lista tríplice de candidatos para a apreciação da Presidência da República. O indicado pelo Planalto será sabatinado pelo Senado, que delibera sobre a nomeação.

Em tramitação no Congresso Nacional desde 2013, o projeto foi formulado pelo ex-senador Eunício Oliveira (MDC-CE), um dos maiores "padrinhos" de indicações políticas nas 11 agências reguladoras: Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), de Telecomunicações (Anatel), de Vigilância Sanitária (Anvisa), de Saúde Suplementar (ANS), de Águas (ANA), de Transportes Aquaviários (Antaq), de Transportes Terrestres (ANTT), do Cinema (Ancine), de Aviação Civil (Anac) e de Mineração (ANM).

A proposta já passou por diversas alterações e chegou a ganhar um polêmico "jabuti" – emenda sobre um assunto diferente da proposta original. No ano passado, a Câmara aprovou a possibilidade de indicação de políticos e seus parentes em estatais, proibida dois anos antes. Depois de muita polêmica, o item acabou sendo excluído pelo Senado. Outra mudança na lei é a exigência de que os novos diretores de cada órgão sejam também escolhidos de uma lista tríplice e comprovem experiência de cinco anos nas áreas de atuação.

"Como está o projeto, fica bem mais difícil interferência do setor público e do setor privado, à medida que se estabelecem critérios técnicos para nomeação. O projeto contribui para diminuir significativamente o que vinha acontecendo, que era nomear sem critério nenhum. O diretor saía de um lugar e já ia para outro. É um bom sinal", afirmou o senador Marcio Bittar (MDB-AC).

Transição. Embora estabeleça o fim da recondução, o projeto abre exceção para os diretores que já estão no exercício do cargo. Quem ainda não foi reconduzido poderá ficar por um novo período, mas por quatro anos. No ano passado, mesmo diante da eleição presidencial, partidos do Centrão, especialmente o MDB, indicaram diversos diretores para agências reguladoras. O projeto dá ainda autonomia orçamentária às agências reguladoras e ao Conselho de Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A autonomia é uma das principais demandas dos órgãos reguladores, que argumentam serem órgãos de Estado, e não de governo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/05/2019****Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues Brasília****Título: Cade pede veto à gratuidade das bagagens**

Sob o argumento de que medida é prejudicial à concorrência, órgão antitruste acompanha decisão da equipe econômica e da Anac

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica(Cade) recomendou ao presidente Jair Bolsonaro que vete um trecho da medida provisória das aéreas que prevê gratuidade de bagagem aérea. A posição é a mesma da equipe econômica e da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Em ofício enviado à Casa Civil, o presidente do Cade, Alexandre Barreto, diz que a medida é prejudicial à concorrência e aos consumidores do setor aéreo nacional. "A volta da franquia de bagagens pode afetar os investimentos no mercado aéreo e prejudicar a concorrência no setor ao impactar diretamente o modelo de negócios das empresas aéreas low cost, que estão entre as principais interessadas em entrar no mercado brasileiro", diz Barreto.

Ele afirma que a manutenção do artigo inviabilizaria o modelo das companhias abaixo custo e reduziria a possibilidade de oferta de voos mais baratos aos consumidores. O mesmo argumento já havia sido mencionado pela Anac. "Com esse arranjo, obrigatoriamente (os consumidores) subsidiariam tarifas mais altas relacionadas aos custos dessa imposição, mesmo quando não necessitarem desses serviços", diz o presidente do Cade.

"Somente com o veto desse dispositivo poderá o projeto alcançar os principais objetivos que motivaram a elaboração da medida provisória: mediante a construção de ambiente mais aberto e mais receptivo ao capital estrangeiro nesse setor, ampliarmos a competição e a desconcentração do mercado nacional, bem como ampliarmos a qualidade e os preços desses serviços no Brasil", completa o documento do Cade.

O artigo foi incluído por parlamentares na MP das aéreas, que autorizou a operação de empresas com até 100% de capital estrangeiro no Brasil. Com o destaque aprovado, os passageiros poderão despachar uma mala de até 23 quilos sem cobrança adicional.

Na semana passada, Bolsonaro disse que só iria sancionar integralmente a medida provisória das aéreas aos "48 (minutos) do segundo tempo" e que se fosse "seguir seu coração" manteria o trecho que retoma a franquia de bagagem. O porta-voz da Presidência da República, general Rêgo Barros, disse,

no entanto, que o presidente ainda não havia tomado uma decisão sobre o tema e que se valeria de estudos técnicos para chegar a uma conclusão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/05/2019

Seção: Economia

Autor: Cynthia Decloedt Renée Pereira

Título: Empresa da Odebrecht, com dívida de R\$ 12 bi, entra em recuperação judicial

Gigante em crise. Braço de açúcar e álcool do grupo, Atvos recorreu à proteção da Justiça para renegociar débitos após cobrança de fundo estrangeiro; outras companhias do conglomerado podem seguir o caminho nas próximas semanas, como a divisão imobiliária OR

Com uma dívida de quase R\$ 12 bilhões, a Atvos – empresa de açúcar e álcool da Odebrecht – entrou ontem em recuperação judicial. Trata-se da primeira companhia do grupo, que vive grave crise financeira desde que virou pivô da Operação Lava Jato, a recorrer à proteção da Justiça para renegociar seus débitos. A expectativa é que outras empresas do conglomerado sigam o mesmo caminho nas próximas semanas, como é o caso da OR (braço imobiliário do grupo). Até a holding corre esse risco, dizem fontes próximas às negociações.

No caso da Atvos, antiga Odebrecht Agroindustrial, as conversas para uma reestruturação da dívida se arrastam há meses sem um acordo definitivo. Em nota, a empresa afirmou que a recuperação judicial é "resultado da investida hostil de um fundo internacional, que por meio de processo judicial colocou em risco as operações da empresa". Segunda maior produtora de etanol do País, a companhia se refere ao fundo Lone Star, que tem cerca de R\$ 1 bilhão em créditos a receber. Em dezembro, a empresa atrasou o pagamento para o fundo americano, que entrou na Justiça e conseguiu a penhora de parte importante da produção de cana da Atvos. Na semana passada, a Justiça determinou que o montante fosse depositado para o credor, o que corresponde a 65% de toda receita com a venda dos produtos.

Por isso, a companhia pediu uma liminar ao juiz para evitar essa execução, sob risco de tornar inviável a recuperação judicial. O prazo para o depósito termina amanhã. Nos bastidores, fontes próximas à renegociação afirmam que não foi só a investida da Lone Star que levou a empresa a recorrer à Justiça. O tiro de misericórdia, disse um credor, foi a falta de consenso do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil para o

fechamento de um acordo. Juntas, as duas instituições têm quase R\$ 8 bilhões para receber da empresa – ou seja, 66% do total da dívida. BB e BNDES não aceitaram uma proposta de transformar parte da dívida em capital.

Nas últimas semanas, afirma uma fonte a par da renegociação, o BB se movimentou mais em busca de uma solução, mas o banco de desenvolvimento não aceitou um acordo. Agora, a Atvos terá 60 dias para apresentar um plano de recuperação que seja aprovado pelos credores. A recuperação judicial da Atvos ocorre quase três anos depois de a empresa reestruturar R\$ 7 bilhões em dívidas com Banco do Brasil, BNDES, Bradesco, Itaú e Santander. Na época, para fechar o acordo, os bancos exigiram que metade do valor da dívida fosse garantida por 100% das ações que a Odebrecht tem na Braskem, empresa do setor petroquímico. Com a renegociação, a empresa ganhou prazo de 13 anos para quitar o saldo devedor, com a primeira parcela vencendo apenas em 2021.

Crise de liquidez. No pedido de recuperação, a empresa explica que sua crise de liquidez começou em 2016 com a política de represamento de preços da gasolina, o que impactou diretamente no preço do etanol. Depois da reestruturação da dívida com os bancos, a Atvos viveu um período de estabilidade até o início do ano passado, quando o setor voltou a ser afetado por uma série de fatores que prejudicou o faturamento das empresas. Para completar o cenário, afirma a companhia, a greve dos caminhoneiros reduziu a receita do segmento em cerca de R\$ 1,2 bilhão. Segundo fontes, a recuperação da empresa poderá trazer reflexos diretos para a Odebrecht, que recentemente sofreu um revés em relação à Braskem. Por causa de problemas na extração de sal-gema em Alagoas, a petroquímica está impedida de pagar os dividendos aos acionistas. A Odebrecht teria direito a receber mais de R\$ 1 bilhão, que iria reforçar o caixa do grupo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/05/2019

Seção: Economia

Autor: REUTERS

Título: Engie já movimentou US\$ 3 bi para pagar Petrobrás pela TAG

Empresa informou ao STF, que havia suspenso a compra, já ter feito operação e que decisão cria insegurança jurídica

Controlada pela francesa Engie, a Engie Brasil Energia informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) já ter realizado operações financeiras internacionais da ordem de US\$ 3 bilhões para pagar a Petrobrás pela compra do controle acionário da Transportadora Associada de Gás (TAG). A aquisição foi suspensa esta semana por decisão liminar do ministro da corte, Edson Fachin. Na

manifestação, a empresa argumenta que a decisão do Supremo "cria uma situação de extrema insegurança jurídica", porque já havia sido iniciada uma operação para confirmar o negócio envolvendo volumes vultosos e "significativamente" custosos.

O acordo com a Petrobrás foi fechado no mês passado. O grupo Engie e o fundo de pensão canadense CDPQ concordaram em pagar US\$ 8,6 bilhões por 90% da TAG. A Engie Brasil tenta reverter a liminar de Fachin, que poderá ser confirmada ou derrubada em julgamento do plenário do Supremo marcado para hoje. Em sua defesa, a Engie alega que participou de uma concorrência pública com base na legislação vigente e a operação já detinha autorização expressa, a partir da Lei do Petróleo, para ocorrer. Questiona ainda a exigência de ter de participar de uma licitação pública, aventada em decisão de Fachin. Caso seja mantido o negócio, o grupo Engie terá 58,5% da TAG, sendo 29,25% da Engie Brasil Energia, enquanto os canadenses do CDPQ terão 31,5%.

A Petrobrás manterá 10% no capital da empresa, que opera 4,5 mil quilômetros em gasodutos. "Na hipótese de paralisação do plano de desinvestimentos, a Petrobrás certamente assistirá à geometrização de seu endividamento, colocando em risco sua subsistência empresarial e, por tabela, a independência energética do país", escreveu a empresa na petição. "Trata-se de uma aquisição de US\$ 8,6 bilhões, amplamente noticiada nos principais veículos de comunicação do Brasil e que gerou uma grande e positiva expectativa nos investidores e em todo o mercado financeiro, seja em relação à recuperação das finanças da Petrobrás, seja na perspectiva de abertura da economia brasileira a grandes investidores internacionais, como é o caso da peticionária Engie."

Uma eventual decisão do STF pela suspensão de vendas de ativos seria uma ducha fria não só para a estatal, mas também para planos do governo brasileiro de abrir os mercados de gás natural e refino, disse uma fonte com conhecimento do assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/05/2019

Seção: Economia

Autor: FERNANDA NUNES, DO RIO

Título: Justiça suspende mais dois negócios

Justiça Federal do Rio de Janeiro concedeu liminar determinando a suspensão do processo de venda da participação da Petrobrás na Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa) e na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III). Em comunicado, a Petrobrás informou que vai recorrer da decisão judicial.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 30/05/2019****Seção: Economia****Autor: Rafael Moraes Moura/ BRASÍLIA****Título: STF decide se privatização precisa de aval do Congresso**

Supremo também deve definir sobre suspensão da venda de 90% da TAG, da Petrobrás, por US\$ 8,6 bilhões

Marcado para hoje, o julgamento sobre a necessidade de aval do Congresso para a realização de privatizações de empresas estatais deve ter placar apertado dentro do Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo o Estado apurou, a tendência da Corte é de fazer "ajustes" na decisão do ministro Ricardo Lewandowski, que, em junho do ano passado, determinou que a venda de empresas públicas, sociedades de economia mista e de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se trate de perda do controle acionário. Integrantes do STF não arriscam um placar para o julgamento, já que o resultado de discussões sobre "pautas econômicas" (envolvendo questões fiscais e tributárias, por exemplo) costuma ser mais imprevisível.

Nesses casos, os ministros tendem a decidir caso a caso, ao contrário, por exemplo, de questões levantadas no âmbito da Operação Lava Jato, onde a posição de cada um sobre as investigações é considerada mais clara e definida. Na sessão desta quinta-feira, os ministros também deverão discutir uma outra decisão, do ministro Edson Fachin, que suspendeu a venda de 90% da Transportadora Associada de Gás (TAG) por US\$ 8,6 bilhões. O argumento de Fachin, que acolheu pedido feito pelos sindicatos dos petroleiros e de trabalhadores de refinarias, é que a venda da empresa precisa passar por um processo de licitação. A decisão representou um revés no plano de venda de ativos da Petrobrás, que tenta, com essa estratégia, melhorar seu caixa.

Maratona. Ontem, na véspera do julgamento desses dois processos, o ministro da Economia, Paulo Guedes, fez uma maratona de audiências com integrantes da Corte. Pela manhã, reuniu-se com Cármen Lúcia e, à tarde, com Luís Roberto Barroso e Rosa Weber. No caso da audiência com Rosa, a pauta "oficial" é a identidade digital nacional. A avaliação, dentro do Supremo, é que o julgamento sobre privatizações deverá pacificar a questão e garantir mais segurança jurídica ao ambiente de negócios no País. O ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, André Mendonça, disse que o processo deve servir como regra para todas as empresas públicas.

"A expectativa é que o Supremo, diante de uma causa relevantíssima, traga segurança jurídica para todo o processo de investimento do País, certo de que essa causa servirá de parâmetro para toda a construção de desenvolvimento não só da Petrobrás, mas também para todo o processo de desinvestimento das empresas públicas", disse.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: » Tête-à-tête.

Coluna do broadcast

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, e o diretor-geral da Agência Nacional do petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone, estarão na linha de frente da comissão brasileira que vai a Oslo, na Noruega, na semana que vem, para divulgar as oportunidades do pré-sal. Eles participam da Nor-Shipping 2019, maior evento global da indústria naval. Neste ano, o Brasil chegará com 70 pessoas, a maior delegação já levada ao país nórdico.

» Só meu. Por conta da retomada dos investimentos em petróleo e gás, o País merecerá um painel próprio. "Os investidores enxergam o Brasil neste momento como país de grande potencial de expansão no mercado de transporte marítimo e offshore, além do desenvolvimento da indústria e gás", diz Camila Mendes Vianna, sócia do escritório Kincaid Mendes Vianna, que participa de projetos marítimos no Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 30/05/2019

Seção: Política

Autor: JULIA AFFONSO, LUIZ VASSALLO e FAUSTO MACEDO

Título: Collor é denunciado na Lava Jato por peculato

Senador licenciado é acusado de ter atuado para favorecer empresa de aliado em contrato de subsidiária da Petrobrás

A Procuradoria-Geral da República denunciou ontem ao Supremo Tribunal Federal o senador Fernando Collor (PROSAL) pelo crime de peculato. O parlamentar, que está licenciado, é acusado de ter atuado para que a BR

Distribuidora firmasse contratos com a empresa Laginha Agro Industrial, de propriedade do alagoano João Lyra, apontado pela Procuradoria como aliado de Collor. Segundo investigações do Ministério Público Federal, o crime foi praticado em 2010, ano em que Collor e Lyra eram filiados ao PDT e disputaram os cargos de governador e deputado federal, respectivamente.

Na denúncia, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirma haver provas de que os contratos – que renderam ao empresário R\$ 240 milhões – contrariaram regras da subsidiária da Petrobrás ao ignorar o fato de que a empresa de Lyra passava por crise financeira. De acordo com a acusação, em junho de 2010, Lyra pediu ajuda ao senador, que agendou uma reunião na sede da BR, no Rio. Na oportunidade, diz Raquel, a proposta apresentada pelo senador e pelo empresário era o fechamento de contrato para compra de safra futura de álcool no valor de R\$ 1 bilhão.

"Desvio". Raquel cita depoimento de um funcionário da BR segundo o qual, após a reunião com Collor, José Zôniz, então diretor da BR e indicado por Collor para o cargo, solicitou a subordinados que o contrato fosse elaborado e aprovado de forma rápida, desprezando aspectos técnicos da operação. "Os negócios jurídicos firmados, e de alto risco para a BR, eram, na verdade, espécie de instrumento para a apropriação e o desvio de recursos em proveito da Laginha Agro Industrial S.A e de seu proprietário João Lyra, graças à participação delituosa do senador Fernando Collor", afirma Raquel. A investigação envolvendo Lyra e Zôniz está na 13.ª Vara Federal da Justiça Federal em Curitiba. Procurados pela reportagem, Collor, Lyra e Zôniz não responderam até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 30/05/2019

Seção: Mercado

Autor: Raquel Landim

Título: Com dívida de R\$ 12 bilhões, Atvos, da Odebrecht, pede recuperação judicial

Antiga Odebrecht Agroindustrial, empresa sucroalcooleira é a primeira do grupo a recorrer à medida

Com uma dívida de R\$ 11,96 bilhões, a Atvos, braço sucroalcooleiro da Odebrecht, se tornou nesta quarta-feira (29) a primeira empresa do grupo a entrar com pedido de recuperação judicial. O pleito foi protocolado na 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo e aprovado pelo juiz João de Oliveira Rodrigues Filho.

A derrocada da companhia é um revés importante para o grupo Odebrecht e para os bancos, principalmente os públicos. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) é o maior credor, com R\$ 4,1 bilhões a receber.

Em seguida vêm Banco do Brasil, com R\$ 3,8 bilhões, a Caixa Econômica Federal, com R\$ 530 milhões, o Itaú, com R\$ 390 milhões, e o Bradesco, com R\$ 260 milhões.

Com o aval da Justiça, a companhia deverá apresentar um plano de recuperação dentro de 60 dias. Conforme apurou a reportagem, é bem provável que o plano implique uma perda expressiva para os credores, porque sua estrutura de capital não comporta mais que R\$ 5 bilhões em dívida.

No pedido de recuperação judicial, ao qual a Folha teve acesso, a Atvos relata que vinha negociando uma “saída amigável” com os bancos, quando foi surpreendida por um “ataque específico e desgarrado” de um dos credores.

Segundo pessoas próximas ao processo, trata-se do fundo americano LoneStar, com o qual a companhia tem uma dívida de R\$ 1,1 bilhão. Os americanos arrestaram na Justiça parte da receita com a venda de etanol, o que asfixiou financeiramente a empresa. Com a recuperação judicial, vão parar de receber o dinheiro.

Em nota à imprensa, a Atvos informou que “entrou com o pedido de recuperação judicial para preservar suas operações, garantir o equilíbrio financeiro e reforçar o seu compromisso com os mais de 10 mil empregados”. A empresa está sendo assessorada pelo escritório E. Munhoz Advogados e pela RK Partners.

O presidente da Odebrecht S.A., Luciano Guidolin, também enviou comunicado aos funcionários a fim de tentar isolar o restante do grupo da crise. “O pedido da Atvos restringe-se a ela própria e não envolve a Odebrecht S. A. nem outras empresas”, disse.

Mas o fato é que o todo o grupo enfrenta uma situação financeira delicada. A construtora OEC está renegociando diretamente com os detentores de bônus no exterior uma dívida de US\$ 3 bilhões (R\$ 12 bilhões). As conversas não vêm sendo fáceis.

A OR, do ramo imobiliário, passa por dificuldades e está na mesa a possibilidade de também pedir uma trégua à Justiça. O estaleiro Enseada esteve em recuperação extrajudicial, saiu, mas seus negócios não vão bem. Apenas a Ocyan, de petróleo e gás, equacionou satisfatoriamente suas dívidas, enquanto a petroquímica Braskem vai bem.

A Atvos — ainda com o nome de Odebrecht Agroindustrial — iniciou suas atividades em meados de 2007, no auge do poder político e dos negócios da família Odebrecht, que entrou em diferentes ramos e se endividou significativamente.

Hoje a companhia tem nove usinas de açúcar e álcool em São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e capacidade para produzir 700 mil toneladas de açúcar e 3 bilhões de litros de álcool combustível. É a segunda maior produtora de etanol do país.

A empresa entrou em dificuldades pela primeira vez em 2016, após a prisão do herdeiro do grupo, Marcelo Odebrecht, por corromper políticos e funcionários públicos. Também agravou o problema a situação do setor de açúcar e álcool, que sofria com o congelamento do preço da gasolina pela Petrobras, tornando o etanol pouco rentável.

Na época, a então Odebrecht Agroindustrial promoveu uma primeira reestruturação de sua dívida, transferindo cerca de R\$ 2 bilhões de débitos para sua holding e oferecendo em garantia ações da Braskem, até hoje a empresa mais saudável do conglomerado.

Itaú e Bradesco aproveitaram a operação e passaram boa parte de seus créditos para a holding e, por isso, estão menos expostos hoje à recuperação judicial da companhia do que as instituições públicas. A condição, no entanto, foi emprestar mais R\$ 1 bilhão à família Odebrecht para injetar em outros negócios.

Já naquela época especialistas em reestruturação de empresas diziam que a melhor saída para a empresa de açúcar e álcool era a recuperação judicial, mas os Odebrecht resistiram, com receio de perder o crédito nos bancos e de que a crise engolfasse todo o grupo.

A empresa então mudou de nome para Atvos. Os problemas, contudo, persistiram conforme o previsto. No pedido de recuperação judicial, a companhia informa que perdeu R\$ 1,2 bilhão de receita com a paralisação dos caminhoneiros e que sofreu com problemas climáticos na safra de cana de 2018 e 2019. Sua principal dificuldade, contudo, é o endividamento excessivo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/05/2019

Seção: Economia

Autor: ANA PAULA RIBEIRO

Título: Atvos, do grupo Odebrecht, pede recuperação judicial

Pedido é o primeiro de uma subsidiária do conglomerado, alvo da Lava-Jato

A Atvos, empresa do setor sucroenergético controlada pela Odebrecht, se tornou ontem a primeira companhia do grupo a dar entrada com um pedido de recuperação na Justiça. A empresa tem uma dívida de cerca de R\$ 13 bilhões, segundo antecipou o colunista do GLOBO Lauro Jardim, em seu blog. A empresa protocolou o pedido de proteção contra credores no Tribunal de Justiça de São Paulo. A direção da holding Odebrecht, em comunicado aos funcionários, disse que a medida não envolve outras subsidiárias do grupo — que atuam nas áreas de engenharia e construção, indústria, setor imobiliário, infraestrutura e energia.

Caso a Justiça aceite o pedido, a cobrança das dívidas será suspensa e a Atvos terá 60 dias para apresentar um plano de recuperação.

"INVESTIDA HOSTIL"

"A iniciativa da Atvos preserva suas operações e visa a garantir ambiente seguro e estável para o equilíbrio das suas contas, objetivando alcançar a sua capacidade máxima de produção nos próximos anos", afirmou, em nota, Luciano Guidolin, presidente do Grupo Odebrecht. "Estamos confiantes em que a Atvos, com esta proteção judicial, chegará no final desse processo a uma solução que atenda os interesses tanto dos seus credores quanto os da empresa, permitindo-lhe retomara trajetória de crescimento que a marcou desde a sua criação."

Embora observe que apenas a Atvos está em recuperação judicial, o executivo lembra que empresas do grupo que precisem de reestruturação financeira devem fazê-lo de forma isolada. A Odebrecht foi uma das poucas empreiteiras investigadas na Operação Lava-Jato que não pediram proteção de créditos na Justiça, ao contrário de OAS e Queiroz Galvão, por exemplo.

Em outro comunicado, a Atvos afirmou que a medida foi tomada para "preservar as operações e garantir o equilíbrio financeiro" após "investida hostil" de um fundo de investimentos credor da empresa. O nome do fundo não foi divulgado.

A atual presidente da empresa, Juliana Baiardi, assumiu o cargo em abril, em substituição a Luiz de Mendonça. Na ocasião, a companhia informou que um dos objetivos da nova executiva era o de realizar a renegociação das dívidas da empresa.

CRISE NO SETOR

A Atvos foi fundada em 2007 e tem dez mil funcionários. Ela é responsável pela produção e comercialização de etanol, açúcar bruto (VHP) e energia elétrica gerada por biomassa de cana-de-açúcar. Tem unidades em quatro estados: São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Na atual safra, a empresa deve moer 27 milhões de toneladas, o que a coloca como a segunda do setor.

Essa não é a primeira empresa do setor sucroalcooleiro a pedir recuperação judicial recentemente. O grupo Virgolino de Oliveira também está na mesma situação. O setor perdeu fôlego nos últimos anos. Apesar da leve recuperação da economia, algumas empresas ainda não conseguiram melhorar sua situação financeira.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: O que explica a fraqueza do PIB

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) está otimista. Acha que o PIB do primeiro trimestre divulgado hoje será zero. "A que ponto chegamos, o que prevê zero está otimista", comenta o economista Armando Castelar. Os bancos estão projetando um PIB ligeiramente negativo, algo em torno de 0,2%. Mais importante do que o número em si é a constatação de que o país está indo para o terceiro ano de frustração. As projeções começam bem e vão murchando com o passar dos meses.

Houve fatos concretos que prejudicaram o começo de 2019. Um deles foi o rompimento da barragem de Brumadinho, que encolheu a produção da Vale. Como a Petrobras também produziu menos, a indústria extrativa mineral teve uma queda que a FGV está projetando em 9,3% em relação ao último trimestre do ano passado. Há questões que são mais estruturais. A indústria da construção não consegue melhorar. Seu encolhimento tem a ver diretamente com a confiança.

— Ninguém vai pegar um empréstimo para comprar um imóvel sem saber se vai continuar empregado, se a renda permanecerá no mesmo nível. O empresário também se retrai — explica Castelar.

Pelos cálculos da FGV, a construção pode ter uma queda de 0,9%, e isso faz com que ela esteja 31% abaixo do primeiro trimestre de 2014.

— O problema é a questão fiscal, e o que preocupa é a dificuldade de coordenação política do governo. Entre o segundo turno e o começo do ano houve um aumento da confiança, mas depois caiu. Há um círculo vicioso, o

governo não avança nas reformas, a confiança cai, o país não cresce, o imposto não é recolhido, o emprego não é criado, a renda não sobe, a popularidade do governo cai e diminuem as chances de aprovação das reformas — diz Armando Castelar.

O Bradesco soltou estudo para tentar explicar o baixo crescimento da economia. O banco prevê uma queda de 0,2% no PIB do primeiro trimestre e acha que uma das causas prováveis é que o mundo está crescendo menos. A outra, e mais importante, é o colapso fiscal do país. O mundo está com taxas de 3% de alta do PIB, bem mais elevadas do que as do Brasil nos últimos anos, mas o comércio está em desaceleração, por causa da briga entre EUA e China. Isso está começando a nos afetar, tanto que mesmo com o dólar mais alto as exportações não estão reagindo.

— O Brasil acumulou há muito tempo um problema crônico de falta de competitividade — diz Castelar.

O Itaú também estima queda de 0,2% no primeiro trimestre, e na visão do economista-chefe do banco, Mário Mesquita, "o segundo trimestre não está com uma cara boa". A previsão preliminar é de alta de apenas 0,1% e o risco é de novo corte na estimativa de 1% para o ano de 2019.

— Tivemos frustração com as reformas, há a guerra comercial entre EUA e China, com impacto sobre o crescimento mundial, e a ociosidade das empresas está muito elevada, o que inibe investimentos — afirma Mesquita.

Mesmo que o governo aprove a reforma da Previdência, a estimativa é de aceleração do PIB para apenas 2% no ano que vem, com uma queda muito pequena do desemprego, de 11,9% para 11,6%, segundo o banco.

A FGV está com uma projeção mais otimista para o PIB do ano: 1,4%. Mas isso no cenário de aprovação da reforma da Previdência.

— Acho que todo mundo está fazendo seus cálculos com a hipótese de aprovação da reforma. Nós achamos que ela deve ser votada até setembro. Se passar disso e continuar complicado, haverá um impacto muito grande na economia — diz Castelar.

O quadro econômico não é feito apenas de más notícias. A inflação está controlada. O índice está um pouco alto, mas tenderá a cair com os dados de maio e, principalmente, junho. Quando sair do acumulado de 12 meses o número de junho do ano passado, em que houve a greve dos caminhoneiros, o índice deve voltar a ficar em torno de 4%.

O que preocupa mesmo é a marcha da insensatez na economia, na política, no meio ambiente. O governo criou uma quantidade exorbitante de problemas políticos e administrativos para si mesmo nestes primeiros meses de administração. A cada dia novos sinais ruins são emitidos. Os de ontem foram na área ambiental. O ministro Ricardo Salles continua no seu esforço de demolição do setor, e a Câmara aprovou mudanças temerárias no Código Florestal. Se eles pensam estar favorecendo a recuperação se enganam. A nova economia do mundo, para a qual o nosso agronegócio fornece, vê com maus olhos o desmonte ambiental no país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/05/2019

Seção: O Mundo

Autor: BRUNO ROSA

Título: Na miséria, país tem as maiores reservas de petróleo

Sem recursos, Venezuela não desenvolve novas tecnologias de exploração e produção, que vêm registrando recuo constante

Um videográfico que ganhou as redes sociais nas últimas semanas reproduz em escala real o volume de reservas de petróleo de diversos países. Utiliza edifícios construídos com barris somando o volume total das reservas de cada um. O maior arranha-céu nessa cidade do ouro negro é o da Venezuela, que tem mais de oito vezes a reserva dos EUA ou quase 12 vezes mais que a China.

É prova de que o país está sentado sobre a maior riqueza do segmento no mundo. Então o que explica estar mergulhado na crise atual? Um longo processo de controle de capitais, estatização de empresas, corrupção e restrição de direitos políticos e democráticos, empurrado para baixo ainda pela queda do preço internacional da commodity.

O gráfico animado (veja no site do GLOBO), criado pela Meta Ball Studios, faz um passeio pela fictícia cidade com seu conjunto de edifícios de barris de petróleo. O ponto de partida é uma pequena construção feita com o equivalente a 50 mil barris, com 17m de altura. E avança da Etiópia, com 430 mil barris, passando por Itália, com 557 milhões, e Brasil, com 12,9 bilhões. Até chegar a gigantes como Canadá, com 169,7 bilhões, e Arábia Saudita, com 266,5 bilhões, na segunda posição. A Venezuela tem a maior reserva: 300,8 bilhões de barris. Isso daria um edifício de 34,3km de altura.

Na prática, fica claro que não basta contar com as reservas de petróleo. É preciso condições para transformar o insumo em riqueza. No caso venezuelano, é preciso investir bilhões de dólares em tecnologia para extrair o óleo de áreas

profundas sob o solo. O país, que já teve a gasolina mais barata do mundo, vem registrando recuo constante na produção, que despencou de 3,237 milhões de barris por dia, em 2007, para 960 mil barris diários, em março deste ano, segundo dados da consultoria Trading Economics e da Opec, que reúne os maiores produtores de petróleo do mundo.

Sem recursos, a Venezuela não vem desenvolvendo novas tecnologias de exploração e produção, reduzindo a recuperação de óleo nas áreas em atividade, dizem especialistas. Como a estatal PDVSA vende combustível subsidiado, a empresa não consegue gerar recursos suficientes para realizar os investimentos necessários para expandir a produção. Só uma plataforma de petróleo, por exemplo, custa cerca de US\$ 1 bilhão. Além disso, são necessários de seis a sete anos entre a descoberta de um campo e o início de sua produção. Isso reduz ainda mais a geração de receitas, tornando o cenário ainda mais crítico.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/05/2019

Seção: O País

Autor: RAYANDERSON GUERRA

Título: Dodge denuncia Collor no Supremo por peculato

Senador é acusado de intermediar contratos entre a BR Distribuidora e a Laginha Agro Industrial, em crise financeira; segundo a PGR, dono da empresa manteria relações políticas e de amizade com o parlamentar

A procuradora-geral da República (PGR), Raquel Dodge, denunciou ontem ao Supremo Tribunal Federal (STf) o senador Fernando Collor de Mello (PROS-AL) pelo crime de peculato. Collor é acusado de atuar para que a BR Distribuidora fizesse contratos com a empresa Laginha Agro Industrial, do empresário alagoano João Lyra, com quem, segundo a PGR, o parlamentar mantém relações políticas, de amizade e familiares. Collor está licenciado do cargo desde abril.

Essa é a décima denúncia da PGR no âmbito da Lava-Jato no STF. Segundo as investigações, o crime teria ocorrido em 2010, ano em que Collor e Lyra disputaram os cargos de governador e deputado federal. Na denúncia, Raquel Dodge diz que os contratos renderam R\$ 240 milhões a Lyra, contrariaram regras da subsidiária da Petrobras, ignoraram a crise financeira da empresa alagoana e tiveram uma tramitação atípica.

A denúncia aponta que João Lyra pediu ajuda ao senador em 2010. Collor agendou e acompanhou o empresário numa reunião na sede da BR

Distribuidora, no Rio. Os dois relataram dificuldades financeiras decorrentes de enchentes que teriam destruído parte da usina de cana-de-açúcar de Lyra. A proposta apresentada pelo senador e por Lyra era o fechamento de um contrato para a compra de safra futura de álcool no valor de R\$ 1 bilhão.

Foram viabilizados três contratos, negociados e firmados em tempo recorde. O primeiro foi assinado em 9 de julho, dez dias após a reunião na BR Distribuidora. José Zônis, então diretor de operações logísticas da companhia estatal, indicado por Collor ao cargo, foi apontado por testemunhas como um dos principais executores das contratações com a usina alagoana.

A Laginha Agro Industrial não cumpriu os contratos, gerando prejuízo milionário à BR Distribuidora, ainda segundo o Ministério Público Federal. Procurado, Collor não foi encontrado.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/05/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Mais que privatizações em jogo no STF

Julgamento de liminares pode afetar uma fonte de recursos para reduzir o déficit fiscal

Tem muita coisa em jogo no julgamento marcado para hoje no Supremo de duas liminares concedidas contra privatizações. O desfecho pode definir o destino de um pilar do ajuste fiscal, a venda de estatais. E também impedir o ataque a um dos grandes problemas do Brasil, abaixa produtividade. Num país em que historicamente o Estado sempre teve uma participação grande na economia, a saída dele de qualquer segmento é sempre polêmica, pelos interesses de grupos que se formam em torno das estatais.

A oposição a privatizações é parte da democracia, e a Justiça, o único espaço para a mediação legal de conflitos. Num arcabouço jurídico tão emaranhado como o brasileiro, não é incomum magistrados dividirem-se diante da mesma questão. Nem sempre a "letra dalei" tem leituras coincidentes entre juízes. Neste caso específico, cabe expor o contexto em que os ministros Ricardo Lewandowski e Edson Fachin emitiram liminares contra a venda de estatais. Está em questão o rito das operações, e não o mérito da redução da presença do Estado na economia e na sociedade, pois este é tema de discussões políticas e ideológicas. Que não podem ocorrer em tribunais.

Lewandowski acolheu de entidades sindicais —associações de pessoal da Caixa Econômica Federal e confederação dos trabalhadores do setor financeiro —um questionamento da Lei das Estatais, e estabeleceu que cada privatização necessita de uma autorização do Congresso. Já Edson Fachin suspendeu uma privatização específica, da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras.

A estatal é a primeira a ser prejudicada se o seu programa de venda de ativos vier a ser afetado pela necessidade de ouvir-se o Legislativo. Como empresa de capital misto, com ações em Bolsa em vários países, a Petrobras também precisa fazer o melhor para seus acionistas. No caso, reduzir a participação no refino, na distribuição e especificamente no gás, para investir no que é mais rentável: na exploração do pré-sal. Também é o melhor para o Brasil. Não há conflito entre os objetivos. Além de tudo, a empresa aprovou junto ao Tribunal de Contas da União seu programa de mudança de perfil. Não há voluntarismo por parte da empresa.

Não se trata de simples privatizações, mas de uma mudança estratégica destinada a enfim permitir que haja concorrência no refino e na distribuição, em defesa dos consumidores, como os caminhoneiros. No gás, a redução do tamanho da estatal tem a ver com um projeto crucial para, por meio da entrada de novas empresas no setor, reduzir o elevado preço do insumo, num choque benéfico para os consumidores industriais e individuais. O efeito multiplicador em toda a economia será enorme. E não faltará gás, devido ao crescimento da produção do pré-sal.

No plano macroeconômico, a venda de estatais permite ao Tesouro abater a elevada dívida pública e melhora a rentabilidade das empresas. Não deve ser esquecido que as contas públicas fecharão 2019 pelo sexto ano em déficit. É algo insustentável.

VEÍCULO: O Globo

Data: 30/05/2019

Seção: Colunas

Autor: Merval Pereira

Título: Insegurança jurídica

Um bom exemplo da impossibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) participar de um pacto político com o Executivo e o Legislativo é o julgamento de hoje das liminares que impedem a privatização de estatais e suas subsidiárias.

Duas medidas correlatas foram tomadas monocraticamente por ministros, afetando as privatizações, cujo programa está em curso e é um dos pilares das reformas econômicas do governo.

A decisão do plenário do Supremo pode gerar reação do Congresso, que já tem um projeto para impedir que ministros possam tomar decisões individuais.

Estudos como "O Supremo em números", realizados pela Fundação Getúlio Vargas do Rio, mostram que o fenômeno da "monocratização" das decisões, decorrência do enorme número de processos que impossibilita que todos sejam julgados pelo plenário, vem prejudicando a atuação regular do STF.

Nada menos que 80% das decisões atualmente são monocráticas. Para o jurista Joaquim Falcão, criador do projeto da FGV, este fato "deturpa o sistema, já que a Constituição dá o direito ao cidadão de ser julgado pela instituição do Supremo, não por este ou aquele ministro".

Nesses casos que serão julgados hoje pelo plenário, dois ministros interromperam um programa de desinvestimento da Petrobras, com possíveis efeitos colaterais no programa de privatização do governo, se as decisões forem aprovadas pela maioria.

O ministro Ricardo Lewandowski deu uma liminar em junho do ano passado proibindo a venda do controle de estatais e suas subsidiárias, inclusive da Petrobras, sem a prévia autorização do Congresso.

Essa decisão, se referendada pelo plenário, acrescentará à insegurança jurídica a demora do processo de privatização, pois a tramitação no Congresso necessariamente será demorada, e sujeita a injunções políticas de todas as ordens.

Dentro do mesmo entendimento, Lewandowski, em abril, encaminhou uma reclamação de sindicatos para proibir as privatizações de refinarias da Petrobras, que o ministro Edson Fachin acatou, suspendendo decisão do Superior Tribunal de Justiça que permitiu a venda de 90% das ações da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras, alegando que ela só poderia ser feita através de licitação.

As duas decisões monocráticas têm o efeito de paralisar o programa de venda de ativos da Petrobras, e podem dar à estatal um prejuízo de cerca de US\$ 30 bilhões, além de já terem gerado uma insegurança jurídica que pode afetar o programa de privatizações do governo, que tem o potencial de gerar até R\$ 1 trilhão.

Além dos impactos econômicos imediatos nos resultados da Petrobras, e a ingerência nos planos de privatização do governo, as decisões monocráticas, aumentando a insegurança jurídica, poderão afetar os investimentos aguardados para a retomada do crescimento econômico.

A definição de que estatais só podem ser vendidas com a autorização do Congresso, e de que as subsidiárias têm que ser vendidas através de licitações, e não do programa especial que a Petrobras utiliza, com autorização legal e o aval do Superior Tribunal de Justiça (STJ), afeta a economia como um todo, especialmente no momento crucial que estamos vivendo.

Parece incoerente a especialistas que, se a Petrobras pode criar empresas, subsidiárias, coligadas, da mesma forma não possa aliená-las, extingui-las, incorporá-las. Trata-se de ato de gestão da empresa, que tem órgãos de direção que, em tese, sabem o que é melhor para ela.

O programa de desinvestimento de ativos está em andamento desde o governo Temer, quando Pedro Parente assumiu a presidência de uma estatal quebrada e começou seu processo de recuperação.

Outra questão preocupante é o ritmo do Supremo, que hoje, em tese, vai apenas decidir se referenda ou não a decisão do ministro Lewandowski. O mérito da questão ficaria para outro julgamento, sem data marcada. Se não houver a decisão de queimar etapas e transformar a sessão de hoje em exame do mérito, continuará a insegurança jurídica na dependência da pauta do Supremo.

MME / ASCOM .